



CEM

CADERNO DE EXERCÍCIOS *MASTER*

Direito Administrativo

Delegado da Polícia  
Federal

Período: 2004-2016

## Sumário

Direito Administrativo .....	3
Princípios Administrativo .....	3
Ato Administrativo .....	3
Organização Administrativa.....	4
Responsabilidade Civil do Estado .....	5
Controle da Administração.....	5
Agentes Públicos.....	5
Improbidade Administrativa.....	6
Serviços Públicos .....	7
Contrato Administrativos .....	8
Gabarito .....	9

## **Direito Administrativo**

### **Princípios Administrativo**

#### **1) CESPE - DPE/PF/2004**

No que se refere a fontes e princípios do direito administrativo, julgue o item seguinte.

A jurisprudência é fonte do direito administrativo, mas não vincula as decisões administrativas, apesar de o direito administrativo se ressentir de codificação legal.

**Certo**

**Errado**

#### **2) CESPE - DPE/PF/2004**

No que se refere a fontes e princípios do direito administrativo, julgue o item seguinte.

A veiculação do ato praticado pela administração pública na Voz do Brasil, programa de âmbito nacional, dedicado a divulgar fatos e ações ocorridos ou praticados no âmbito dos três poderes da União, é suficiente para ter-se como atendido o princípio da publicidade.

**Certo**

**Errado**

#### **3) CESPE - DPE/PF/2004**

A respeito dos atos administrativos e serviços públicos, julgue o item que se segue.

A possibilidade de reconsideração por parte da autoridade que proferiu uma decisão objeto de recurso administrativo atende ao princípio da eficiência.

**Certo**

**Errado**

### **Ato Administrativo**

#### **4) CESPE - DPE/PF/"Regionalizado"/2004**

No tocante a abuso de poder e a ato administrativo, julgue o item a seguir.

Ocorre a extinção do ato administrativo por caducidade quando o ato perde seus efeitos jurídicos em razão de norma jurídica superveniente que impede a permanência da situação anteriormente consentida.

**Certo**

**Errado**

**5) CESPE - DPF/PF/2013**

Com relação a atos administrativos, serviços públicos e procedimentos licitatórios, julgue o item subsequente.

Quando um ministério pratica ato administrativo de competência de outro, fica configurado vício de incompetência em razão da matéria, que pode ser convalidado por meio da ratificação.

**Certo**

**Errado**

**Organização Administrativa**

**6) CESPE - DPF/PF/2013**

No que se refere à classificação do órgão público e à atuação do servidor, julgue o item seguinte.

Os ministérios e as secretarias de Estado são considerados, quanto à estrutura, órgãos públicos compostos.

**Certo**

**Errado**

**7) CESPE - DPF/PF/2004**

Acerca da organização administrativa e dos agentes públicos, julgue o item a seguir.

É possível a existência, no plano federal, de entidades da administração indireta vinculadas aos Poderes Legislativo e Judiciário.

**Certo**

**Errado**

**8) CESPE - DPF/PF/2013**

Julgue o item que se segue, relativo à administração indireta e aos serviços sociais autônomos.

A sociedade de economia mista é pessoa jurídica de direito privado que pode tanto executar atividade econômica própria da iniciativa privada quanto prestar serviço público.

**Certo**

**Errado**

**9) CESPE - DPF/PF/"Regionalizado"/2004**

No tocante a abuso de poder e a ato administrativo, julgue o item a seguir.

O abuso de poder, na modalidade de desvio de poder, caracteriza-se pela prática de ato fora dos

limites da competência administrativa do agente.

**Certo**

**Errado**

### **Responsabilidade Civil do Estado**

#### **10) CESPE - DPE/PF/"Regionalizado"/2004**

A respeito de serviços públicos e responsabilização da administração, julgue o item seguinte.

A responsabilidade civil do Estado por conduta omissiva não exige caracterização da culpa estatal pelo não-cumprimento de dever legal, uma vez que a Constituição brasileira adota para a matéria a teoria da responsabilidade civil objetiva.

**Certo**

**Errado**

### **Controle da Administração**

#### **11) CESPE - DPE/PF/2013**

Julgue o item a seguir, relativos a contratos administrativos, controle da administração, bens públicos e processos administrativos.

O controle prévio dos atos administrativos é de competência exclusiva da própria administração pública, ao passo que o controle dos atos administrativos após sua entrada em vigor é exercido pelos Poderes Legislativo e Judiciário.

**Certo**

**Errado**

### **Agentes Públicos**

#### **12) CESPE - DPE/PF/"Regionalizado"/2004**

Com referência aos agentes públicos e ao regime jurídico único, julgue o item subsequente.

Um agente de fato necessário pratica atos e executa atividades em colaboração com o poder público, em situações excepcionais, como se fosse um agente público de direito, sendo suas ações, de regra, confirmadas pelo poder público.

**Certo**

**Errado**

#### **13) CESPE - DPE/PF/2013**

No que se refere à classificação do órgão público e à atuação do servidor, julgue o item seguinte.

O dispositivo constitucional que admite o afastamento do servidor do cargo, do emprego ou da função para o exercício de mandato é aplicável ao servidor contratado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, já que exerce função pública.

**Certo**  
**Errado**

**14) CESPE - DPE/PF/2004**

Acerca da organização administrativa e dos agentes públicos, julgue o item a seguir.

A vacância é o ato administrativo pelo qual o servidor é destituído do cargo, emprego ou função e pode ocorrer com extinção do vínculo pela exoneração, demissão e morte, ou sem extinção do vínculo, pela promoção, aposentadoria, readaptação ou recondução.

**Certo**  
**Errado**

**Improbidade Administrativa**

**15) CESPE - DPE/PF/2013**

Um servidor público federal dispensou licitação fora das hipóteses previstas em lei, o que motivou o MP a ajuizar ação de improbidade administrativa, imputando ao servidor a conduta prevista no art. 10, inc. VIII, da Lei n.º 8.429/1993, segundo o qual constitui ato de improbidade administrativa qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens públicos, notadamente o ato que frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item que se segue.

Caso o MP também ajuíze ação penal contra o servidor, pelo mesmo fato, a ação de improbidade ficará sobrestada até a prolação da sentença penal a fim de se evitar bis in idem.

**Certo**  
**Errado**

**16) CESPE - DPE/PF/2013**

Um servidor público federal dispensou licitação fora das hipóteses previstas em lei, o que motivou o MP a ajuizar ação de improbidade administrativa, imputando ao servidor a conduta prevista no art. 10, inc. VIII, da Lei n.º 8.429/1993, segundo o qual constitui ato de improbidade administrativa qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens públicos, notadamente o ato que frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item que se segue.

Na hipótese de sentença condenatória, o juiz poderá, de acordo com a gravidade do fato, aplicar ao servidor pena de multa e deixar de aplicar-lhe a suspensão de direitos políticos, ambas previstas em lei.

**Certo**  
**Errado**

**17) CESPE - DPE/PE/2013**

Um servidor público federal dispensou licitação fora das hipóteses previstas em lei, o que motivou o MP a ajuizar ação de improbidade administrativa, imputando ao servidor a conduta prevista no art. 10, inc. VIII, da Lei n.º 8.429/1993, segundo o qual constitui ato de improbidade administrativa qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens públicos, notadamente o ato que frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item que se segue.

Caso o MP não tivesse ajuizado a referida ação, qualquer cidadão poderia ter ajuizado ação de improbidade subsidiária.

**Certo**  
**Errado**

**Serviços Públicos**

**18) CESPE - DPE/PE/"Regionalizado"/2004**

A respeito de serviços públicos e responsabilização da administração, julgue o item seguinte.

A permissão de serviço público, formalizada mediante celebração de contrato de adesão entre o poder concedente e a pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para o seu desempenho, por sua conta e risco, tem como características a precariedade e a possibilidade de revogação unilateral do contrato pelo poder concedente.

**Certo**  
**Errado**

**19) CESPE - DPE/PE/2013**

Com relação a atos administrativos, serviços públicos e procedimentos licitatórios, julgue o item subsequente.

Em se tratando de permissão de serviço público, o serviço é executado em nome do Estado por conta e risco do permissionário, e é atribuído exclusivamente à pessoa jurídica.

**Certo**  
**Errado**

**20) CESPE - DPE/PE/2004**

A respeito dos atos administrativos e serviços públicos, julgue o item que se segue.

O contrato de concessão de serviço público extingue-se pela rescisão quando a iniciativa de extinção do contrato é do poder concedente, em decorrência de descumprimento das normas contratuais pelo concessionário.

**Certo**

**Errado**

**21) CESPE - DPE/PE/"Regionalizado"/2004**

A respeito de serviços públicos e responsabilização da administração, julgue o item seguinte.

Os serviços de utilidade pública têm característica de essencialidade e necessidade para os membros da coletividade, sendo prestados de forma direta, pela administração pública, ou indireta, por meio de concessionários, permissionários ou autorizatários.

**Certo**

**Errado**

**Contrato Administrativos**

**22) CESPE - DPE/PE/2013**

Julgue o item a seguir, relativos a contratos administrativos, controle da administração, bens públicos e processos administrativos.

De acordo com a Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal e quando conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial, delegar parte da sua competência a outros órgãos, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados.

**Certo**

**Errado**

**23) CESPE - DPE/PE/2013**

Com relação a atos administrativos, serviços públicos e procedimentos licitatórios, julgue o item subsequente.

O pregão, modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, independentemente do valor estimado da contratação, aplica-se tanto aos órgãos da administração direta quanto às entidades integrantes da administração indireta, inclusive aos fundos especiais.

**Certo**

**Errado**

**24) CESPE - DPE/PE/2013**



Julgue o item a seguir, relativos a contratos administrativos, controle da administração, bens públicos e processos administrativos.

Considere que uma empresa vencedora de certame licitatório subcontrate, com terceiro, o objeto do contrato firmado com a administração pública, apesar de não haver previsão expressa para tanto no edital ou no contrato. Nessa situação, caso o contrato seja prestado dentro do prazo estipulado e com estrita observância aos critérios de qualidade impostos contratualmente, não poderá a administração rescindir o contrato unilateralmente, visto que não se configura hipótese de prejuízo ou descumprimento de cláusulas contratuais.

**Certo**

**Errado**

### Gabarito

1) Certo	2) Errado	3) Certo	4) Certo	5) Errado
6) Certo	7) Certo	8) Certo	9) Errado	10) Errado
11) Errado	12) Certo	13) Errado	14) Errado	15) Errado
16) Certo	17) Errado	18) Certo	19) Errado	20) Errado
21) Errado	22) Certo	23) Certo	24) Errado	

Direito Administrativo  
Delegado da Polícia Federal